

# IMPACTOS DO RACISMO NA SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO NEGRA BRASILEIRA

IMPACTS OF RACISM ON THE MENTAL HEALTH  
OF THE BRAZILIAN BLACK POPULATION

Andriele do Nascimento Souza<sup>1</sup>

Luciana Marinho Fernandes da Silva<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho tem por objetivo identificar como o racismo interfere na saúde mental da população negra, levando em consideração o processo histórico no qual a sociedade se constituiu, destacando consequências do período escravocrata nas relações sociais do Brasil atual e como o campo da Psicologia tem abordado a temática. Para tanto, foi realizada uma revisão de literatura narrativa de caráter qualitativo, com produções publicadas entre os anos de 2010 a 2020. Constatou-se que formas contemporâneas de expressão do racismo o mantêm camuflado, mas não menos danoso, e que as condições de vida das pessoas negras devem ser consideradas como fator de adoecimento psíquico.

**Palavras-chave:** Racismo. Saúde mental. Psicologia.

**ABSTRACT:** The present study aimed to understand how racism interferes at mental health of black population, considering the historical processes in which the Brazilian society was built, highlighting the consequences of the slave period on Brazilian social current social relations and how Psychology field is been approaching to this theme. Then, a qualitative narrative literature review was described using studies published among 2010 and 2020. It was found that contemporary forms of expression of racism or keep it camouflaged, but not less harmful, and that the living conditions of black people should be considered as a factor of psychic ill health.

**Keywords:** Racism. Mental health. Psychology.

## 1 INTRODUÇÃO

Ao abordar o racismo no Brasil, é preciso refletir sobre o contexto histórico no qual a sociedade brasileira se constituiu, suas raízes no período escravocrata, cenário esse que repercute na vida da população negra e nas relações sociais nos dias atuais. Pensando nessa problemática, o artigo tem como propósito refletir relações entre racismo e saúde mental.

O racismo é a prática de inferiorizar, colocar ações, pensamentos e sentimentos depreciativos direcionados a uma raça, por outra que se sente superior, baseada em características fenotípicas como cor de pele, cabelo, traços, entre outros, que aqui se trata da hegemonia branca em relação à desvalorização do negro.

Segundo Santos e Alves (2015, p.11):

A escravidão foi motivada pelo tráfico de pessoas sequestradas do continente africano para executar trabalho forçado na produção de açúcar em meados do século XVI; nas minas de ouro, durante o século XVIII; e, posteriormente, nas lavouras de café, no século XIX.

Ao chegarem, eram tratados como mercadoria e comprados pelos senhores do engenho, obrigados a trabalhar em fazendas, no campo ou em serviços domésticos. Viviam com o mínimo que recebiam e em condições precárias para sobrevivência humana, em meio à violência na qual eram tratados.

Santos e Alves (2015, p.11) relatam que:

A violência física e psicológica era comum nas senzalas do campo e da cidade durante todo o período da escravidão no Brasil Colônia e provocou a dizimação em massas de seres humanos. Além disso, os africanos foram obrigados a falar uma língua que não conheciam; a religião católica os catequizou e, por conseguinte, eram proibidos de praticar o culto das religiões de matriz africana e sua própria cultura. Isso significa que sua matriz cultural foi violada no que se refere ao idioma, à religião e, portanto, ao seu modo de vida.

Em 13 de maio de 1888, a Lei Áurea extinguiu a escravidão, mas o retrato social continuava desigual e violento. Mesmo livres, os negros foram excluídos socialmente, tinham dificuldades na procura de emprego, viviam na pobreza extrema e também perdurava a violação dos seus direitos. Não houve projeto de reinserção social e nem oportunidades iguais, e essa população apenas seguiu sendo marginalizada.

Sobre a discriminação racial no país, Jesus, Souza e Santos (2010, p.3) afirmam que:

É preciso perceber que este tipo de desigualdade social foi construída e reforçada ao longo do processo histórico, político e social do país. Neste caso, existe um enorme abismo racial quando nos referirmos às condições de vida, emprego, escolaridade entre os brancos e negros. Isto comprova que existe uma grande desigualdade racial em nosso país que se soma a exclusão social.

No Brasil atual, criou-se uma farsa da inexistência do racismo. Isso acontece porque existe uma comparação com outros países e continentes, nos quais existiram regimes raciais excludentes. É o denominado mito da democracia racial, que de acordo com Pinto e Ferreira (2014), modifica a forma como o país vê a desigualdade, direcionando a uma questão de renda e acesso à educação, que a maioria da população não consegue ter ou manter por falta de recursos. O que fortifica o racismo, pois se tem uma ideia que não existe, desse modo não é discutido ou combatido.

Ao longo dos anos, o racismo ganhou novas formas e tons. Almeida (2019), divide o racismo em três concepções, em estrutural, individual e institucional. O racismo estrutural está ligado diretamente à como a sociedade se organiza, as

manifestações culturais, costumes, discursos e práticas que reforçam direta ou indiretamente a discriminação racial. Já o individual se apresenta nas interações sociais de forma mais direta. O racismo institucional ocorre nas instituições públicas, privadas e do estado, resultando na distribuição desigual de serviços.

De acordo com a ONU (2017), nos dados de 2014 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), negros e negras, incluindo pardos, compõem 53,6% da população brasileira. Apesar de maioria, essa população enfrenta desigualdades, a começar pelo quesito renda: entre os 10% da população mais pobre do país, 76% são negros. Entre o 1% mais rico, apenas 17,4% são negros. Sete em cada dez pessoas assassinadas são negras. Na faixa etária de 15 a 29 anos, são cinco vidas perdidas para a violência a cada

duas horas. Na educação, enquanto 22,2% da população branca têm 12 anos de estudos ou mais, a taxa é de 9,4% para a população negra. O índice de analfabetismo para a população negra é de 11,8% — maior que a média de toda a população brasileira (8,7%).

Em 2019, a condição de vida dos negros no Brasil continuou precária e está representada por dados alarmantes: 75% das vítimas de homicídio no país são negras, segundo o Atlas da Violência (2019). Os negros também são maioria em meio à camada mais pobre da população: dos 10% de brasileiros mais pobres, 75% são negros, segundo o IBGE.

O Conselho Federal de Psicologia (2017, p.15) aduz que:

O racismo (e o sexismo) se expressa em diferentes situações, na forma de morrer, na possibilidade de estudar, de ter ou não trabalho e moradia dignos, na possibilidade de casar...todas causam sofrimento psíquico e impedem a mobilidade social.

Considerando o apagamento identitário que os negros sofrem, a psicologia tem papel indispensável na promoção da saúde e no combate às desigualdades sociais. Partindo dessa perspectiva, esta análise tem como propósito verificar como o campo da psicologia tem abordado o tema, e objetiva investigar o impacto do racismo na vida da população negra brasileira, através da revisão narrativa da literatura, usando dados coletados nas bases da Scientific Electronic Library Online (Scielo) e do Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (Pepsic). Este artigo está em método, resultado e discussões e considerações finais.

## **2 METODOLOGIA**

O método utilizado para a constituição do artigo foi a revisão narrativa da literatura, focando em trabalhos que enfatizaram como a psicologia tem abordado o racismo nos processos de adoecimento da população negra, especificamente as implicações do racismo na saúde mental. Segundo Vosgerau e Romanowski (2014), os estudos de revisão consistem em organizar, esclarecer e resumir as principais obras existentes, bem como fornecer citações completas abrangendo o espectro de literatura relevante em uma área.

Os artigos analisados foram coletados nas bases de dados da Scientific Electronic Library Online (Scielo) e do Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (Pepsic), no período de trinta dias do mês de Agosto. Houve uma grande dificuldade no levantamento e mapeamento desses dados devido à escassez na exploração desses temas nas produções científicas nacionais dos últimos anos.

Foram utilizados os descritores “racismo”, “racismo e psicologia”, “racismo e saúde mental”, na busca de artigos publicados no período de 2015 a 2020, mas foi preciso ampliar o período de publicação, modificando assim o tempo para dez anos. Os critérios de inclusão foram: produções nacionais, com data de publicação no período de 2010 a 2020, com abordagens que respondessem ao objetivo da pesquisa. Os critérios de exclusão foram: artigos internacionais, que antecediam o recorte temporal, e

que não abordavam os temas de forma conjunta. Foram coletados vinte artigos, mas para a análise dos dados só foram utilizados nove, os quais cumpriam as especificações estabelecidas.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A presente pesquisa é um estudo qualitativo de revisão narrativa. Na busca dos artigos que constituem este trabalho, foram reunidas 20 publicações brasileiras nas bases de dados mencionadas, em que foram selecionadas 9 obras publicadas para a composição da revisão, de acordo com os critérios de inclusão e exclusão. Houve dificuldade na coleta do material, devido ao número reduzido de produções acadêmicas nacionais sobre o tema.

Dos artigos selecionados, 7 são de revisão de literatura, 1 de pesquisa de campo e 1 relato de experiência. A base de dados utilizada foi a Scientific Eletronic Library Online (SciELO), da qual foram selecionados os seguintes artigos: As relações cotidianas e a construção da identidade negra (CAMARGO; FERREIRA, 2011); Racismo como metaenquadre (COSTA, 2015); Saúde mental e racismo contra negros: produção bibliográfica brasileira dos últimos quinze anos (DAMASCENO; ZANELLO, 2018); Psicoterapia, raça e racismo no contexto brasileiro: experiências e percepções de mulheres negras (GOUVEIA; ZANELLO, 2019); O efeito das microagressões raciais de gênero na saúde mental de mulheres negras (MARTINS; LIMA; SANTOS, 2020); A percepção dos Psicólogos sobre o racismo institucional na saúde pública (OLIVEIRA; TAVARES; LAGES, 2013); Manejo clínico das repercussões do racismo entre mulheres que se “tornaram negras” (TAVARES; KURATONI, 2019); Descolonizando a psicologia: notas para a psicologia preta (VEIGA, 2019); Desigualdade racial, racismo e seus efeitos (ZAMORA, 2012).

Aspectos importantes foram identificados, os quais eram compartilhados pela maioria dos autores que traziam o processo histórico do racismo no Brasil, como ele se manifesta e suas consequências na saúde da pessoa negra. Eles serão aqui divididos em tópicos, a saber: a violência contra o corpo negro, construção da identidade negra e a psicologia brasileira abordando o racismo.

#### **3.1 A VIOLÊNCIA CONTRA O CORPO NEGRO**

Segundo Zamora (2012), o racismo consiste na ideia de que algumas raças são inferiores a outras, atribuindo desigualdades sociais, culturais, políticas, psicológicas, à “raça” e, portanto, legitimando as diferenças sociais a partir de supostas diferenças biológicas. Neste caso, na aparente hierarquia de raças, o branco estaria no topo, o modelo a ser seguido; enquanto ao negro é atribuído um lugar de rebaixamento, de ser defeituoso e negativo. Seguindo a mesma linha, Damasceno e Zanello (2018) afirmam que a população negra brasileira ocupou historicamente as classes sociais mais pobres e de condições mais precárias na pirâmide social.

De acordo com Corrêa (2006 apud ZAMORA 2012, p. 566):

Tanto quanto as mulheres, as crianças e outros grupos não brancos, os negros são historicamente vistos pelo poder e pelo senso comum como menos inteligentes e racionais (portanto menos capazes para o trabalho intelectual) e mais ligados ao universo dos instintos, das emoções, mais propensos às superstições.

O racismo seguiu se moldando de acordo com a evolução da sociedade. Para Zanello e Gouveia (2019), a permanência do racismo se deu em outras bases: se antes, na escravização, era nítido, ele se tornou insidioso, muito mais forte e muito

mais difícil de captar. As autoras ainda acrescentam que mesmo que atualmente o racismo tenha encontrado novas formas de expressão e que na maioria das vezes não seja ao menos reconhecido ou nomeado, ele ainda é danoso e adoecedor.

As condições indignas de vida da população negra persistem evidenciando o racismo silencioso e não declarado (DAMASCENO; ZANELLO, 2018). Compartilhando da mesma ótica, Camargo e Ferreira (2011) discutem que a discriminação é geralmente veiculada de uma forma encoberta, através de frases educadas e de eufemismo, alimentando a ideia de que, no Brasil, o preconceito não existe, o que evidentemente é uma inverdade.

Zanello e Gouveia (2019, p. 4) evidenciam:

O Brasil tem 54% de população negra. Sua história é marcada por um longo período de escravismo criminoso e por uma abolição que beneficiou o branco e a branquitude. De 519 anos de história, 388 (3/4 ou 75%) foram de escravização do negro, com apoio da sociedade, da política e da religião. A lei abolicionista de 1888 não proveu distribuição de terras, educação ou qualquer outra forma de compensação ou promoção de cidadania, o que se reflete no pouco acesso da população negra à educação, ao mercado de trabalho, à saúde, à habitação, à infraestrutura urbana e a bens materiais no país.

O racismo violenta os corpos negros diariamente, violência essa que permeia o dia a dia, seja ela física, verbal ou psicológica. Carneiro (2011, apud VEIGA, 2019, p.245) destaca:

Até os dias de hoje onde a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado; em que a expectativa de vida dos negros é de seis anos a menos que a dos brancos; em que 75% da população mais pobre é negra; em que a renda per capita de famílias negras é 200% menor que a renda de famílias brancas; em que, apesar de ser mais de 54% da população nacional, negros são minoria no Congresso, na Academia, na Televisão e em todos os espaços de poder da sociedade.

Tavares, Oliveira e Lages (2013) expõem que nas instituições de saúde, o racismo institucional se faz presente nas políticas que ignoram os diferentes perfis de adoecimento e morte entre brancos e negros; na formação dos profissionais que não inclui o debate sobre as questões raciais; no mau atendimento traduzido pela falta de atenção, descaso, ou por outras formas sutis de preconceito, como olhares, silêncios.

Nos estudos sobre as microagressões raciais de gênero, Martins, Lima e Santos (2020) destacam que os homens negros são regularmente relacionados à criminalidade, por esse motivo estariam mais suscetíveis a serem agredidos fisicamente, enquanto as mulheres negras são vítimas com maior frequência de estupro e violência doméstica. E que, ainda, segundo o Ministério da Saúde, as mulheres negras têm, como causa de óbitos, homicídios, suicídios e mortes mal definidas, muito mais frequentes

que mulheres brancas, portanto, é necessário se atentar as ondulações do racismo de acordo com a variável de gênero.

### 3.2 CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA

Camargo e Ferreira (2011) apontam que, na experiência coletiva, em sociedade, as identidades são construídas através do intercâmbio entre o individual e o coletivo, desde sempre mediado por um conjunto de crenças, códigos e valores instaurados historicamente. A composição identitária seria então, um processo mútuo, pois influencia e é influenciado pelo meio, considerando que a identidade social nasce na identificação com um grupo, com sua cultura, ideais e aspectos físicos. Compartilhando do mesmo ponto de vista em seu trabalho sobre racismo, Bleger (1988 apud SILVA, 2015, p.149) afirma “a identidade é sempre – total ou parcialmente - grupal ou institucional, isto é: pelo menos uma parte da identidade é sempre configurada pela pertinência a um grupo, uma instituição, uma ideologia, um partido etc.”

Camargo e Ferreira (2011), em seu estudo sobre a identidade negra, destacam que o indivíduo, necessariamente, tem que vivificar seu corpo como fonte de vida e prazer para que possa construir uma identidade centrada em valores positivos, experimentando, assim, harmonia em sua estrutura psíquica.

Ao falar da subjetividade negra, Veiga(2019, p.246) disserta que:

A saída forçada da África e a vida num país antinegro são elementos que se entrecruzam na produção da subjetividade negra. Chamo de ‘efeito diáspora’ a sensação de não se sentir pertencente ao ambiente onde se vive, a dificuldade de ser genuinamente acolhido e incluído nas dinâmicas sociais numa posição equânime com os demais membros da sociedade e não numa posição de subalternidade.

Para o negro, esse processo ocorre de maneira deturpada, pois o branco, supostamente superior, seria o modelo a ser seguido e o perfil de sucesso. Zamora (2012) aponta que os atributos físicos ditos dos negros são geralmente pensados no negativo e sempre postos em comparação desfavorável aos ideais estéticos etnocêntricos. Segundo Veiga (2019), a experiência da negritude é marcada pelo desprezo e pelo ódio que a branquitude projetou sobre as vidas negras desde a escravidão até os dias de hoje. O ódio introjetado nas subjetividades negras resulta num doloroso processo de auto-ódio. Esse movimento também foi identificado no trabalho de Tavares e Kuratani (2019), que investigaram o manejo clínico nas repercussões do racismo entre mulheres negras. Os autores apontam que, perante a exposição contínua à violência racial não reconhecida, foi observado o desenvolvimento de estratégias compensatórias altamente disfuncionais, que incluíam a reprodução de crenças e comportamentos auto discriminatórios e bastante violentos, também direcionados aos semelhantes.

De acordo com Costa (2015, p.151) “Os “normais” organizam-se psíquica e socialmente a partir dessa identidade afirmada como satisfatória. Os “anormais”, a partir do demérito, da negação atribuída a eles”. Como efeito do racismo, ao corpo negro foram atribuídos valores negativos, ideias de menos valia e de incapacidade, que refletem em como o sujeito é visto e se vê na sociedade na qual está inserido.

Essa percepção distorcida da autoimagem gera sofrimento ao indivíduo, que procura cada vez mais se encaixar no padrão.

Sobre esse processo, Zamora (2012, p.567) afirma:

A relação com o próprio corpo então passa a ser de vigilância, no sentido de mascarar as características “diferentes” do modelo dominante e, portanto, indesejáveis. Instala-se a preocupação em disfarçar seus traços físicos originais e fazer-se “passar por branco”. Mas ao desejar embranquecer, o negro não se permite existir; ele instaura o projeto da sua própria extinção.

Por se reconhecerem como inferiores aos brancos, os negros passam a se sentirem culpados, o que demanda um esforço muito maior para alcançar suas metas individuais. Veiga (2019) diz que os abusos do racismo sobre os corpos e as subjetividades negras têm como um de seus efeitos a culpa pela condição socioeconômica precária em que a maior parte da população negra se encontra. O autor também destaca que esta introjeção da política de embranquecimento nacional nas subjetividades pretas cria uma condição psicológica debilitante, porque aquilo que ele é e do qual não pode se desfazer, a cor da pele, coloca-o socialmente numa posição subalterna.

Como válvula de escape para o sofrimento gerado pela exclusão social, Tavares e Kuratani (2019) apontam que é necessário entender que a pessoa negra pode apresentar comportamentos ambíguos como a necessidade de aderir a determinados grupos sociais religiosos e/ou políticos que lhe proporcionem senso de pertencimento e permitam-na construir uma nova identidade.

### **3.3 A PSICOLOGIA BRASILEIRA ABORDANDO O RACISMO**

Conforme Costa (2015), a psicologia é uma das principais áreas do conhecimento que permite a compreensão de processos que são subjetivos, socioculturais, histórico-políticos. Segundo Damasceno e Zanello (2018), o Ministério da Saúde reconheceu que a discriminação racial afeta a saúde mental, que o racismo é gerador de problemas físicos e sofrimento psíquico. As autoras também fazem uso de outros artigos para fortificar essa visão e identificar sintomas de adoecimento gerados pelo racismo.

De acordo Silva (2005 apud DAMASCENO; ZANELLO, 2018, p.452):

Essa condição constante causa transtornos tais como taquicardia, hipertensão arterial, úlcera gástrica, ansiedade, ataques de pânico, depressão, dificuldade de se abrir, ataques de raiva violenta e aparentemente não provocada, comprometimento da identidade e distorção do autoconceito.

Tavares e Zanello (2018) trazem a discussão que mesmo que a maioria da população brasileira seja negra e tenha adoecimento diretamente ligado aos vários tipos de racismo, opressão e violência, poucas pesquisas têm sido publicadas sobre a saúde desta população. Afirmação essa que se confirma em sua pesquisa de campo com profissionais psicólogos em hospitais públicos, que mesmo cientes da existência do racismo e de que a população negra é maioria em utilização do serviço público, não identificaram o racismo como causa da procura por atendimento.

Werneck (2016 apud TAVARES; ZANELLO, 2018, p.3) destacam que “no sistema público de saúde, o racismo institucional contribui para a iniquidade na assistência prestada a esta população que recebe quantidade menor de atendimentos e de pior qualidade quando comparada à população branca.”

Em seu relato sobre atendimento clínico para mulheres que se “tornaram” negras, Tavares e Kuratani (2019, p.2) afirmam que:

No Brasil, não há produção sistemática de conhecimentos, métodos ou estratégias para o manejo clínico das repercussões do racismo sobre a saúde mental da população negra. Esta é uma lacuna teórica e prática relevante, pois, quando o terapeuta não reconhece o racismo como produtor de iniquidades sociais, preconceito e discriminação, contribui para aumento de sofrimento psíquico de seu paciente negro e para a manutenção das desigualdades raciais.

Partilhando da mesma perspectiva sobre a falta de publicações e estudos relacionados ao racismo e sobre a saúde de indivíduos negros brasileiros, Camargo e Ferreira (2011, p.380) expõem que:

Concluiu, então, que o psicólogo brasileiro vem dando pouca importância às variáveis etnoraciais, o que traz risco de o psicólogo está alimentando a falsa crença de que nós, brasileiros, vivemos uma verdadeira democracia racial e a inexistência de preconceito. Isso se torna mais sério, pois o psicólogo é um dos especialistas que, no mundo contemporâneo, tem a função de legitimar verdades estabelecidas na sociedade, tornando-se um fermento para a perpetuação de tal problema.

Faz-se vital que, para uma qualidade no atendimento a essa população, é de fundamental importância que no meio acadêmico seja identificada e discutida a criação de estratégias de combate à discriminação racial.

Tavares, Oliveira e Lages (2013, p.582) discorrem sobre o papel do psicólogo:

Torna-se evidente a responsabilidade que tem o profissional psicólogo em centros de saúde pública no que diz respeito ao combate ao racismo, uma vez que ele lida diretamente com sujeitos e coletivos que sofrem diversos e diferentes tipos de opressão, preconceitos e discriminação, o que afeta gravemente sua saúde mental e física.

Sobre as atribuições dos profissionais de psicologia, Tavares e Kuratani (2019) enfatizam que os terapeutas brasileiros precisam refletir sobre seus privilégios raciais e como contribuem ou não para a manutenção da violência racial, para que possam cuidar de grupos raciais hegemônicos, assim como desenvolver abordagens adequadas a estas populações.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A maioria dos artigos que compuseram essa revisão são de caráter qualitativo, publicados em periódicos científicos, entre os anos de 2010 e 2020. O presente estudo possibilitou a investigação de como as questões raciais e socioeconômicas têm consequências diretas na saúde geral do indivíduo negro, constituindo-se um determinante do adoecimento mental. Reconheceu como o racismo se instaurou historicamente no Brasil, e como reverbera nos dias atuais.

Nota-se que a discriminação racial surge de um processo maior e profundo, que tem origem no período escravocrata. Os autores destacaram em seus trabalhos como o racismo e suas expressões se modificaram e se adaptaram junto com o desenvolvimento da sociedade moderna. Suas manifestações

são tão sutis, que chegam a ser quase indetectáveis no cotidiano, o que o torna ainda mais letal, pois sendo impercebível, afeta a saúde nos níveis mental e físico dos indivíduos, mas não é abordado ou combatido. A desigualdade das condições de vida entre negros e brancos se destaca, e pode ser observada em índices de desemprego, saúde, escolaridade, violência e em situações precárias de moradia. O corpo negro é submetido a vários tipos de hostilidade no cotidiano, que vão de comentários, olhares e constrangimento até mesmo a uma agressão física.

Tendo em vista que é necessário estar inserido em um grupo para o desenvolvimento saudável, a estabilidade dos vínculos com outros sujeitos e a promoção de sentimentos de pertença, constata-se que ser submetido a situações estressantes diariamente acaba gerando sofrimento psíquico, originários de uma construção de identidade desestabilizada, relações sociais adoecidas e autoimagem distorcida.

Esses sentimentos e ideias de menos valia ocasionam uma inverídica concepção do seu papel na sociedade e nas relações interpessoais, isso faz com que a pessoa negra passe por um processo doloroso de tentar chegar cada vez mais perto do padrão aceito, o branco.

Considera-se que o profissional psicólogo tem papel fundamental no enfrentamento ao racismo, já que na resolução N° 18/2002, o Conselho Federal de Psicologia estabelece normas de atuação em relação a preconceito e discriminação racial, corroborando assim com a concepção de que o psicólogo trabalha como agente neste cenário. Contudo, a produção de periódicos acadêmicos nacionais relacionados ao tema, nos últimos anos, é muito pouca, o que pode interferir no reconhecimento da discriminação racial direcionada à população negra como gerador e agravante de adoecimento, e também intervir no atendimento de qualidade a essa demanda. É significativo que cada vez mais o campo da saúde mental e o meio científico abordem as questões raciais levando em consideração os processos sociais presentes no contexto brasileiro.

## 5.REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo Estrutural: Feminismos Plurais Coordenação Djamilia Ribeiro. 1. ed. rev. São Paulo: Pólen Livros, 2019. 264 p. ISBN 978-85- 98349-74-9.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os. Brasília: CFP, 2017. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/relacoes\\_raciais\\_baixa.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/relacoes_raciais_baixa.pdf). Acesso em: 20/09/2020
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP N.º 018/2002. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial. Brasília-DF, 19 de dezembro, 2002. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002\\_18.PDF](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002_18.PDF). Acesso em: 18/10/2020
- COSTA, Eliane Silvia. Racismo como metaenquadre. Rev. Inst. Estud. Bras., São Paulo, n. 62, pág. 146-163, dezembro, 2015. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S002038742015000300146&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S002038742015000300146&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 10/09/2020
- DAMASCENO, Marizete Gouveia; ZANELLO, Valeska M. Loyola. Saúde Mental e Racismo Contra Negros: Produção Bibliográfica Brasileira dos Últimos Quinze Anos. Psicol. cienc. prof., Brasília, v. 38, n. 3, pág. 450-464, setembro, 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141498932018000300450&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932018000300450&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 05/09/2020
- FERREIRA, Ricardo Franklin; CAMARGO, Amilton Carlos. As relações cotidianas e a construção da identidade negra. Psicol. cienc. prof., Brasília, v. 31, n. 2, pág. 374- 389, 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141498932011000200013&lng=en&nrm=isso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932011000200013&lng=en&nrm=isso). Acesso em: 11/09/2020
- GOUVEIA, Marizete; ZANELLO, Valeska. Psicoterapia, raça e racismo no contexto brasileiro: experiências e percepções de mulheres negras. Psicol. Estud., Maringá, v. 24, e42738, 2019. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141373722019000100239&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141373722019000100239&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 10/09/2020

- JESUS, Andréa Tavares de; SOUZA, Edson Nunes; SANTOS, Fábio Ferreira. O preconceito e a discriminação racial. In: FÓRUM IDENTIDADES E ALTERIDADES: EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ETNICORRACIAIS, IV, 2010, UFS - Itabaiana/SE, Brasil.
- MARTINS, Tafnes Varela; LIMA, Tiago Jessé Souza de; SANTOS, Walberto Silva. O efeito das microagressões raciais de gênero na saúde mental de mulheres negras. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 7, p. 2793-2802, Julho, 2020. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232020000702793&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020000702793&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 03/09/2020
- ORGANIZAÇÃO DA NAÇÕES UNIDAS. Negros são mais afetados por desigualdades e violência no Brasil, alerta agência da ONU. ONU Brasil. 22/03/2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/negros-sao-mais-afetados-por-desigualdades-e-violencia-no-brasil-alerta-agencia-da-onu/>>. Acesso em: 01/09/2020.
- PINTO, Márcia Cristina Costa; FERREIRA, Ricardo Franklin. Relações raciais no Brasil e a construção da identidade da pessoa negra. *Pesqui. prá. psicossociais*, São João del-Rei, v. 9, n. 2, p. 257-266, dez. 2014. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S180989082014000200011&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180989082014000200011&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 10/12/2020.
- SANTOS, G; ALVES, S. POPULAÇÃO NEGRA. Edição da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH/PR e Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais - Flacso Brasil. Brasília, 2015.
- TAVARES, Jeane Saskya Campos; KURATANI, Sayuri Miranda de Andrade. Manejo Clínico das Repercussões do Racismo entre Mulheres que se "Tornaram Negras". *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 39, e184764, 2019. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141498932019000100118&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932019000100118&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 04/09/2020
- TAVARES, Natália Oliveira; OLIVEIRA, Lorena Vianna; LAGES, Sônia Regina Corrêa. A percepção dos psicólogos sobre o racismo institucional na saúde pública. *Saúde debate*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 99, p. 580-587, Dezembro, 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010311042013000400005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010311042013000400005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 11/09/2020.
- VEIGA, Lucas Motta. Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. *Fractal, Rev. Psicol.*, Rio de Janeiro, v. 31, n. spe, p. 244-248, dezembro de 2019. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-02922019000600244&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922019000600244&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10/09/2020
- VOSGERAU, Dilmeire Sant'Anna Ramos; ROMANOWISKI, Joana Paulim. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. *Rev. Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, janeiro/abril. 2014.
- ZAMORA, Maria Helena Rodrigues Navas. Desigualdade racial, racismo e seus efeitos. *Fractal, Rev. Psicol.*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, pág. 563-578, dezembro de 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-02922012000300009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922012000300009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 11/09/2020

**Recebido em:** 12 de junho de 2020  
**Avaliado em:** 14 de julho de 2020  
**Aceito em:** 21 de dezembro de 2020

<sup>1</sup> Bacharelado em Psicologia pela Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do Sertão do São Francisco (FACESF)  
 E-mail: [andrielenascimento58@gmail.com](mailto:andrielenascimento58@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestre em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Graduada em Psicologia pela Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE). E-mail: [luciana\\_marinho@hotmail.com](mailto:luciana_marinho@hotmail.com)